

O SR. BRUNO DAUAIRE - Não posso também deixar de fazer um registro do respeito e do carinho que eu tenho pelo trabalho da senhora à frente do IML. Todas as vezes em que foi instada a ajudar, a tentar resolver um problema ali, um problema aqui, a Gabriela sempre teve essa preocupação. Então, eu sou um fã do seu trabalho.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Obrigada.

O SR. BRUNO DAUAIRE - A gente sabe das limitações de todos os sentidos, de pessoal, de tudo. Mas a gente sabe que, com muito esforço, vocês têm desempenhado um trabalho belíssimo, que tem orgulhado a todos, inclusive a esse Parlamento.

Eu também concordo que esse Parlamento precisa fortalecer ainda mais o trabalho do IML.

Obrigado.

O SR. RODRIGO AMORIM - Ratifico suas palavras, Deputado Bruno Dauaire, e estendo também os cumprimentos e a saudação a toda a equipe do Instituto Médico Legal.

A SRA. GRABRIELA GRAÇA - Obrigada.

O SR. RODRIGO AMORIM - E de toda a Polícia Científica também.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Quero agradecer à Dra. Gabriela. Acho que não vão faltar oportunidades aqui, porque é importante entender de fato se todas as mortes foram decorrentes. E a gente acaba acreditando que sim, se não foi causa direta, mas indiretamente.

Eu gostaria de passar a palavra, primeiro foi o Dr. Roberto, que presidiu o inquérito, depois a Dra. Carina, não é isso? Então, começar com o Dr. Roberto. Como foi o início desse inquérito e quais foram as primeiras constatações que o senhor teve junto a famílias, Corpo de Bombeiros e, também, ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli.

Boa tarde, Doutor.

O SR. ROBERTO RAMOS - Boa tarde, Excelentíssimo Presidente. Boa tarde, demais deputados integrantes da comissão. Boa tarde a todos os presentes. Meu pesar aos parentes das vítimas.

Assim que minha equipe ficou sabendo do fato nos deslocamos até o Hospital Badim; lá já estavam os bombeiros militares. A nossa função era preservar o local para que os bombeiros pudessem atuar e atuaram de forma heroica, além de combater o incêndio ainda tiveram que fazer resgate dos pacientes. E assim que o Bombeiro... quando estava lá havia inclusive a presença de alguns dos senhores aqui, alguns deputados, e eu ficava torcendo para que não houvesse vítima, mas aí o comandante do Bombeiro que estava no local disse que tinha, pelo menos, uma vítima, e depois que eles ficaram batendo as instalações verificaram outras vítimas. Aí tivemos esse lamentável número de vítimas.

A minha função inicial lá era preservar o local para o trabalho da perícia e assim que os bombeiros terminaram de operar, eles passaram as edificações para responsabilidade da Polícia Civil. Nós chamamos a PM e mantivemos ali o UPO ali, para que ninguém entrasse. E, também, ser à noite não cabia fazer uma perícia no local, teria que ser de dia. E, no outro dia, quando nós fomos fazer a perícia, tivemos a preocupação inicial, porque o fogo se deu no térreo e o térreo estava cheio de água, havia possibilidade de haver eletricidade, então não podia fazer a perícia naquele momento. Então, o Bombeiro, sempre solícito, cuidou de fazer essa extração a água dali, e também havia muita fumaça. Coloquei exaustores para que diminuísse a fumaça e os peritos pudessem entrar no Hospital.

Assim que os peritos chegaram para fazer a perícia, nós verificamos também a existência de um aparelho de tomógrafo que tinha sido muito danificado. Então, foi uma preocupação do corpo da Polícia Civil saber se tinha algum elemento de radiação naquele equipamento. Então, tivemos que esperar, chamar os técnicos, ver a norma técnica do equipamento para saber se tinha ou não. Então, não tinha, não havia esse perigo, e a perícia foi feita.

Eu acompanhei só o início dos trabalhos, porque logo depois eu fui transferido e ficou a cargo da Dra. Carina. E, inicialmente, os peritos detectaram que o fogo realmente se deu, como já falou o representante do Corpo de Bombeiros, se deu na área do gerador. E na área do gerador, que também ficava no térreo, também havia estoque de combustível. Então, pegou fogo, isso provocou muita fumaça, uma fumaça quente, que subiu e acabou por vitimar várias pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só fazer um pela ordem, rapidamente, Deputado Jorge Felipe Neto. A condução coercitiva foi suspensa, tendo em vista que o Hospital Badim está mandando o seu diretor Fábio Santoro, Diretor Médico responsável, que chegará aqui até o prazo de 14 horas, então foi feito um acordo para que o diretor responsável esteja aqui às 14 horas, isso foi um pedido do Hospital para evitar, assim, que a Polícia Judiciária faça a condução coercitiva do mesmo.

É muito bom quando as instituições são respeitadas, Deputado Rodrigo Amorim. Deputado Jorge Felipe Neto, por favor.

O SR. RODRIGO AMORIM - Não querem passar constrangimentos, mas fizeram as famílias passar constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois é. Mas...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - É bom que se respeite esta Casa. Acho que fazem bem mandar um representante para que a gente tenha que evitar esse tipo de constrangimento, até para os deputados no sentido de ficar acionando a Polícia para que a gente faça um (não compreendido) que é comum, é obrigação de todo cidadão respeitar também o Parlamento, assim como o Parlamento ao cidadão, não é Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só para complementar, Deputado Jorge Felipe Neto, essa comissão não vai se furtrar de nenhuma das suas prerrogativas. Aqueles convocados deverão comparecer, salvo situações estabelecidas por lei que permitam não estar aqui. Não vamos admitir perjúrio nesta comissão. Enfim, a gente está aqui para esclarecer o que está acontecendo no Estado do Rio de Janeiro, em especial todos aqueles incidentes e acidentes que causaram, principalmente mortes, e quando nós falamos de mortes nós não falamos apenas de número falamos de pessoas que são pais, são mães ou são filhos e que deixam muita dor e muitas incertezas no ar.

Deputado Jorge Felipe Neto quer complementar?

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Essa perícia da Civil, esses atos geradores eram diesel, provavelmente...

O SR. ROBERTO RAMOS - Exatamente.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Eles estavam em manutenção? Há esse relato pela Polícia Civil. 2 - Pelo sistema municipal, a CET Rio fechou a via às 18h24. Somente às 18h39 a CEG, a Light, a Defesa Civil foram acionadas pelo sistema da Prefeitura, pelo Centro de Operações Rio e não por outras instituições. Esse é o protocolo correto? Essa demora pode ter contribuído no alastramento desse fogo? Ainda tinha gás encanado correndo no ambiente de incêndio, você ainda tinha eletricidade com esse vazamento. Aliás, esse vazamento foi causado pelo incêndio ou foi constatado que anteriormente já havia essa área inundada que o senhor falou? Tem como saber isso?

O SR. ROBERTO RAMOS - Não.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Dá um pouco mais de elemento para a gente.

O SR. ROBERTO RAMOS - Quanto a área inundada, houve um combate ao incêndio, então era no térreo. Então, com o combate ao incêndio, o Corpo de Bombeiros usou água e acabou por inundar o térreo. Isso que ocorreu.

E quanto ao gera... No meu caso, eu fiquei só no início, eu não cheguei a pegar os laudos(?). O contato que eu tive foi o contato inicial ali na perícia. Então, ali havia dois geradores: um na parte térreo e um que ficava no... em cima... é ... na parte de cima do edifício. O que pegou fogo foi o que estava na parte térreo e ali também havia combustível. E foi isso que aconteceu.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Não, mas essa perícia, o gerador estava sob manutenção? Como é que...? Isso é fundamental para que a gente veja se houve negligência.

O SR. ROBERTO RAMOS - Não. Pelo menos no início da investigação, os geradores estavam operando normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Felipe Neto) - E com a manutenção em dia?

O SR. ROBERTO RAMOS - Exatamente. Isso foi o que nos disseram.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu acho que vale a pena, Deputado Jorge Felipe Neto, a gente passar a palavra para a Dra. Carina, que é agora o desejo... O Dr. Roberto pegou o início do... Não é isso, Dr. Roberto? O início apenas do... Então, eu acho que a Dra. Carine, que é a titular da 18ª, vai ter mais informações para nos passar. Dra., seja bem-vinda. Aproveite já para fazer o questionamento que foi feito pelo Deputado Rodrigo Amorim, se a senhora teve algum elemento no que tange que o Hospital estava usando geradores de uma forma de economia de energia elétrica junto à concessionária estabelecida para poder fazer um contingenciamento financeiro utilizando apenas os geradores.

A SRA. CARINA BASTOS - Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente. Eu comecei agora, há pouco tempo, assumi a delegacia e o inquérito já está em andamento e permanece. As investigações continuam. É um inquérito muito complexo que depende de muita informação técnica, não só investigativa, mas, técnica também. Então, já chegou o laudo pericial do ICE, só que eu entendi que, para mim, ainda não é o suficiente para eu chegar a alguma conclusão. Eu preciso de mais informações até para saber porque alastrou tanta fumaça, não tem isso informando se há um bloqueio dos shafts que passam as tubulações.

Então, eu quero fazer uma nova perícia vai ser feita com relação a isso porque, como é muito complexo e tem muito detalhe técnico, eu dependo muito de outros órgãos, e a informação que vocês me solicitaram agora que havia mesmo esse tempo que ficava funcionando para evitar o gasto de luz, consta no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E com relação à não interrupção da rede de gás canalizado ou da energia elétrica, quase uma hora só para o acionamento e essas redes são fechadas ou abertas manualmente, isso pode ter contribuído?

A SRA. CARINA BASTOS - Possivelmente, porque continua alastrando, então, pode ser, mas, também não consta no laudo a informação com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputados.

A SRA. TIA JU - No caso do alastramento, pelo que nós, a informação... o laudo não está concluído ainda, não tem a conclusão de laudo, mas, a gente insiste, eu pelo menos insisto em ter uma grande curiosidade exatamente no fato concreto da morte dessas pessoas que foi por asfixia.

A SRA. CARINA BASTOS - Sim.

A SRA. TIA JU - Por que essa fumaça tomou esta proporção? Então, não foi nem a questão do fogo, não houve queimados.

A SRA. CARINA BASTOS - Isso.

A SRA. TIA JU - Houve asfixiados.

A SRA. CARINA BASTOS - O problema maior que gerou a morte foi a fumaça, não foi queimadura, você percebe pelos laudos da perícia do IML. Inclusive, por que é que demora também a conclusão de um inquérito desse? A morte de um ... acho que é o do Sr. Virgílio, foi morte por doença, só que a morte dele mesmo sendo por doença, foi em razão do evento.

A SRA. TIA JU - Exatamente.

A SRA. CARINA BASTOS - Por quê? Porque acabou a energia elétrica.

A SRA. TIA JU - Desligou o aparelho.

A SRA. CARINA BASTOS - Talvez, no momento, porque teve um momento em que acabou a energia elétrica, teve um apagão, pode ter sido até nesse momento que desligou e desligou o aparelho e ele veio a falecer.

A SRA. TIA JU - Ele veio a óbito, né?

A SRA. CARINA BASTOS - E não foi por uma doença específica sozinha, talvez se tivesse mantido o aparelho, talvez a vida dele ainda se mantivesse. Então, essas relações são muito detalhadas, muito minuciosas, por isso é que a gente precisa de mais tempo para conclusão do inquérito.

A SRA. TIA JU - E aí eu volto nesta insistência com relação à fumaça, essa fumaça está nos meus olhos. Eu estava fora do País em uma missão oficial representando a Casa, mas, é lamentável a morte de pessoas em quaisquer circunstâncias, mas, o alastramento desta fumaça, tão rápido, e levar a óbito tantas pessoas, isso é muito preocupante, a gente precisa realmente se aprofundar...

A SRA. CARINA BASTOS - É esse detalhe maior que eu quero que tenha no próximo laudo.

A SRA. TIA JU - A gente sabe da complexidade de um laudo como esse.

A SRA. CARINA BASTOS - Isso.

A SRA. TIA JU - Mas, é de suma importância ...

A SRA. CARINA BASTOS - Muito importante sim.

A SRA. TIA JU - ... saber do porquê da propagação desta fumaça, e a gente insiste aí nesta questão para que não ocorra mais.

A SRA. CARINA BASTOS - Com certeza, é o dever de todos.

A SRA. TIA JU - Inclusive, Sr. Presidente, só sendo rápida aqui, lembrando que é da nossa autoria, da autoria de V.Exa., do Deputado Rodrigo Amorim e da minha autoria também exatamente um projeto de lei que estabelece sistema de segurança contra incêndio e pânico em edificações que sejam destinadas à utilização pública ou privada que possuam janelas blindadas, estaqueadas no Estado do Rio de Janeiro e outras providências com o detalhamento, inclusive, de quem regulamentará, se será o Corpo de Bombeiros para evitar exatamente que ocorra novamente casos como esse. Só ressaltando que pela necessidade nós nos vimos na obrigação, esta Casa se viu na obrigação, nós três deputados aqui, de propormos esse projeto de lei.

O SR. RODRIGO AMORIM - Doutora, primeiro saudá-la, seja muito bem-vinda a esta Casa. Como disse, sou morador da Tijuca, do entorno, assim como o Deputado Alexandre Knoploch. Em breve estaremos lá tomando um café com V. Sra. Agora, a senhora nos disse, nós acompanhamos isso através da imprensa e também recebemos alguns relatos, no sentido de que o Hospital estaria utilizando geradores como meio de economizar energia convencional, a senhora disse que consta no inquérito...

A SRA. CARINA BASTOS - Consta.

O SR. RODRIGO AMORIM - ...fruto da apuração da Polícia Civil ou do depoimento de algum funcionário ou gestor do Hospital?

A SRA. CARINA BASTOS - Tem os depoimentos de vários funcionários, eles falam que era partir de 5:35 do horário de pico até umas 8 horas funcionava o gerador, exatamente para ter essa economia.

O SR. RODRIGO AMORIM - Obrigada.

O SR. BRUNO DAUAIRE - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. BRUNO DAUAIRE - No mandato passado, eu tive, não foi um embate, mas em relação às licenças que eram concedidas a vários estabelecimentos. Inclusive no interior do estado, a gente também teve muito problema conseguiu anular alguns atos do próprio Corpo de Bombeiros, à época, que exigia projetos milionários para poder fazer a questão do combate ao incêndio. A minha pergunta é se há, dentro do próprio inquérito, alguma investigação sobre a linha das licenças concedidas? Doutora, se há, dentro do inquérito, alguma investigação sobre as licenças concedidas ao Hospital Badim?

A SRA. CARINA BASTOS - Sim, há. Inclusive a última resposta que eu tive foi que após as obras - porque o Badim é muito antigo, então ele teria uma licença bem antiga para funcionamento - a partir das obras que foram feitas para manutenção e até para a modernização do local, a partir desse, eu acho que de 2017, senão me falha a memória, já não tinha mais a licença para funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Porque a gente ouviu do Corpo de Bombeiros que existia a licença para o novo...

A SRA. CARINA BASTOS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então não existia a licença?

A SRA. CARINA BASTOS - Não, a partir de 2017 caiu em exigência, tinham algumas exigências que eles não estavam cumprindo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E por que na opinião ou na visão de V. Exa. documental se isso consta do inquérito, por que ninguém lacrou o Hospital? Por que ele foi autorizado a funcionar mesmo sem licença?

A SRA. CARINA BASTOS - Ele já foi, antes de eu começar a assumir a delegacia ele já estava em funcionamento, já tinha sido autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Sim, mas ele caiu em exigência. Alguém dos Bombeiros autorizou o funcionamento?

A SRA. CARINA BASTOS - Eu não sei. O Bombeiro não tem como responder?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O inquérito está sob sigilo?

A SRA. CARINA BASTOS - Está.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - V.Sra. também em condição de sigilo/pode abrir a esta Comissão?

A SRA. CARINA BASTOS - Olha, assim, eu não estou dando todas as informações que eu gostaria, até pelo sigilo, porque eu necessito... o inquérito em si já é sigiloso e um fato desse é mais ainda, né? A Polícia não tem acesso, somente a gente, eu sou a delegada responsável e ele é o policial responsável, então só nos dois na delegacia temos acesso. Então, algumas informações, se eu ficar passando aqui, pode ser que atrapalhe a minha investigação, entendeu? Então, nem todos os... Mas o que é permitido, eu acho que não vejo problema...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Documental, licenciamento, laudo pericial...

A SRA. CARINA BASTOS - Eu não vejo problema...

O SR. BRUNO DAUAIRE - Empresa responsável pelas obras, eu acho que isso é importante...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Inclusive, a gente pode deliberar aqui e manter os documentos que a Polícia Civil passar em sigilo, a fim de preservar também a própria investigação, por mais que o inquérito aqui seja um inquérito independente e paralelo, acho que é muito importante essa troca de informações. O que me causa estranheza, mais uma vez, deputado Jorge Felipe Neto, é que desde 2017 não tinha autorização, ou seja, não tinha licença para estar funcionando. Como é que um Hospital que vai atender pessoas e muitas dessas pessoas não vão ter condições sequer de, caso aconteça alguma eventualidade saia do local?

O SR. RODRIGO AMORIM - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. RODRIGO AMORIM - Gostaria que V.Exa. ouvisse do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Não ficou claro, diante do que foi exposto aqui, levantado pelo Deputado Bruno Dauaire e com o relato do Polícia Civil, não está claro, para mim, como estava naquele momento do fatídico episódio, a questão da licença de funcionamento do Hospital. Gostaria que V.Exa. reforçasse essa questão do posicionamento efetivo do Corpo de Bombeiros e posteriormente o questionamento da Polícia Civil.

O SR. - Coadunando com V.Exa., mentira em Comissão de Inquérito é um crime, isso é muito grave. Foi dito que foi vistoriado e que estava licenciado. Se estava vistoriado, por que não foi determinado o lacramento do Hospital e quem autorizou? Isso é o mínimo que a gente tem que saber aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Passar a palavra para o Corpo de Bombeiros. Estava vistoriado? Não estava? Quais eram as condições naquele momento?

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - A estrutura antiga teve o seu projeto aprovado em 1998, projeto aprovado com emissão de laudo de exigências. Eu tinha comentado a respeito da temporariedade à época. À época, e salvo engano 2000, 2001, foi feita vistoria e foi concedido certificado de aprovação. Então, existe registro na parte antiga de um laudo de exigências que se refere a um projeto de segurança contra incêndio e pânico e, por conseguinte, o seu certificado de aprovação. São dois documentos básicos para que o Corpo de Bombeiros ateste que qualquer edificação esteja regularizada: é a emissão do laudo de exigências e o certificado de aprovação, condições essas constam registros no nosso banco de dados para a parte antiga e também nova do Hospital Badim.

O SR. - Mas não em 2017, depois das obras de reforma, modernização ou qualquer coisa do gênero.

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - É, 2017 já se refere à parte nova. A parte nova tem um projeto aprovado, salvo engano, final de 2018, certificado de aprovado em 2019, nesta compreensão, a parte nova. A parte antiga ela tem registro de laudo e certificado de aprovação, sim, é uma estrutura bem antiga e tem relatos de certificados de despacho indeferido, que é quando o proprietário solicita, motiva os bombeiros uma atualização, uma modificação, e aí, quando esse novo projeto é aprovado, automaticamente as aprovações anteriores perdem o efeito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Então, o senhor, coronel, contradita a Polícia Civil, a Polícia Civil diz que não estava licenciado, o senhor diz que estava licenciado.

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - Estou afirmando que consta no banco de dados no Corpo de Bombeiros a emissão, na década de final de 90 e início de 2000, a emissão de um laudo de exigências e um certificado de aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - E 2017 em diante?

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - Com relação à parte nova tem aprovação, tem um projeto aprovado em 2018, salvo engano...

O SR. - Licença expedida da data, do momento em que houve o ocorrido das condições da construção como estabelecido naquela data estava expedida a licença ou mudou estruturalmente com relação a 1998 e não estava licenciado?

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - É, esse comparativo eu não tenho como afirmar ao senhor, porque no cunho regular para o Corpo de Bombeiros existe uma aprovação antiga e aí, se não houver uma manifestação do proprietário em está... Porque são responsabilidades distintas, eu dou muito exemplo de um shopping center. Um shopping center hoje tem uma aprovação, e aí qualquer tipo de mudança e proprietário tem que solicitar ao Corpo de Bombeiros qualquer manifesto de modificação daquele projeto.

O SR. - Tá, mas vocês disseram que estava vistoriado.

O SR. CORONEL ESTEVES (?) - Em 2001, a parte antiga em 2001, com a emissão de certificado. Eu falo isso porque tem um certificado de aprovação. À época o certificado de aprovação era condicionado a uma vistoria do Corpo de Bombeiros; hoje não mais, por conta de um decreto recente, que nós chamamos de certificado de aprovação assistido, onde no rito ordinário não existe a obrigatoriedade dentro do processo do Corpo de Bombeiros efetuar uma vistoria. O Corpo de Bombeiros vai recolher as responsabilidades do profissional ou a empresa que são os verdadeiros responsáveis pela execução das medidas de prevenção. E o Corpo de Bombeiros de uma forma aleatória pode a qualquer momento atestar a veracidade daquelas informações e proceder às devidas vistorias.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Se for requerer todo o processo de licenciamento do Badim, Coronel Esteves, a gente tem uma situação aqui no mínimo estranha: a Polícia Civil, que preside o inquérito, diz com veemência que não existia certificado ou licenciamento para o local. O Corpo de Bombeiros diz que o certificado que tinha era de 2001 diante de que caso tenha tido uma obra cabe ao proprietário informar. Só que até uma criança de três anos que passe em frente ao Badim sabe que teve uma obra ali. Então, o que o senhor diz aqui é que o Corpo de Bombeiros tem que ser provocado a ir lá novamente e fazer um novo certificado, uma nova vistoria, enfim. Porém se não for provocado aquilo continua funcionando, operando e no caso com vidas, tendo esse risco iminente de um acidente como teve.

Então, eu vou, mais uma vez, deliberar aqui junto a esta comissão para que nós venhamos a ter todos os laudos do Hospital Badim assim como os certificados. Inclusive, vou pedir também à comissão que peça ao CREA todas as anotações, responsabilidades técnicas dos últimos quinze anos do Hospital Badim a fim de que nós possamos apurar quantas modificações houve no local e "bater" junto